



VISÕES DOCENTES SOBRE LÍNGUA MATERNA, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

**Caroline Castro e Gabrielle Ribeiro 1,
Elson M. da Silva 2**

1 Graduanças do curso de Pedagogia do CSEH/UEG Anápolis-GO
2 Doutor em Educação e Docente da Universidade Estadual de Goiás

Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de responder à seguinte questão: Qual a perspectiva do docente sobre língua materna, variação linguística e preconceito linguístico? A elaboração deste trabalho se deu através de uma proposta do professor para a disciplina “Bases Linguísticas da Alfabetização” com o objetivo de ser o trabalho final da disciplina. Para a obtenção dos dados empíricos, optamos pela aplicação de questionários semiestruturados a três docentes de uma escola de Ensino Fundamental de Anápolis, a fim de constataremos quais eram as concepções dos docentes sobre os fenômenos abordados. Tivemos como base para a nossa pesquisa as teorias a respeito de língua materna, variação linguística e preconceito linguístico de Bortoni-Ricardo (2008) e Marcos Bagno (2009). Na primeira parte do trabalho, discorremos sobre as fundamentações teóricas; na segunda, temos a análise dos dados obtidos empiricamente e finalizamos com as discussões e conclusões, onde identificamos que os docentes participantes da pesquisa têm concepções de língua materna, variação linguística e preconceito linguístico que correspondem às teorias dos principais teóricos citados na pesquisa.

Língua Materna, Variação Linguística e Preconceito Linguístico: discussões teóricas iniciais

Segundo Bortoni-Ricardo (2008), podemos conceituar língua materna como a primeira língua que adquirimos por meio de contatos diversos com nossos pais, familiares e amigos. Para essa autora, os primeiros ambientes onde as crianças começam a interagir socialmente são a família, o grupo de amigos e, mais adiante, a escola. Esses ambientes são denominados pela autora de domínios sociais. Nesses domínios sociais é que vamos



aprendendo as características da nossa língua.

Para Bagno (2009), todo falante nativo de determinada língua sabe empregar a sua língua materna dentro do contexto que o cerca e consegue se comunicar entre seus pares. Para esse autor: “saber uma língua, na concepção científica da linguística moderna, significa conhecer intuitivamente e empregar com facilidade e naturalidade as regras básicas de funcionamento dela.” (BAGNO, 2009, p. 51).

Porém, os “nativos falantes” não têm conhecimento ainda sobre as regras da gramática normativa e precisam ampliar seus recursos comunicativos para se adequarem e transformarem as exigências sociais. Nesse contexto, é que a escola assume papel fundamental no sentido de contribuir para o desenvolvimento das competências comunicativas de seus alunos a partir do que eles já sabem sobre o funcionamento da sua língua materna.

Nesse sentido, Bortoni-Ricardo (2008) acredita que a escola é, por excelência, o lócus em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas. Mas a questão da língua materna precisa ser analisada também do ponto de vista social. Isto, porque, ela carrega consigo fatores que podem levar a visões preconceituosas de linguagem em função, principalmente, da classe ou grupo social a que a criança pertença.

Além da língua materna, outro aspecto que precisa ser levado em consideração no contexto de comunicação da criança é a variação linguística. A língua, assim como o ser humano, está em constante mudança, não sendo estática, pois o próprio ser humano vai fazendo modificações sociais, culturais e materiais e, com isso, adaptando a língua às suas necessidades linguísticas. Nesse processo, desenvolve-se o que a literatura denomina de variação linguística.

Para Bagno (2009), em toda comunidade linguística, encontra-se o fenômeno variação linguística. Para esse autor, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares e nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico o tempo todo. Sendo assim, não seria ético definirmos uma forma de falar como a mais “certa” e todas as outras, que não seguem as mesmas normas, como “erradas”, sendo que uma não é melhor que a outra, pois elas são simplesmente variedades da mesma língua e todas devem ser respeitadas.

É nesse sentido que Bortoni-Ricardo (2008) levanta discussão acerca dos modos de



falar no Brasil, caracterizado como um país multifacetado em termos linguísticos e com pluralidade cultural muito marcante. No Brasil, podemos identificar as mais diversas formas de variações da língua em função, principalmente, das diferenças regionais marcadas, o que a autora denomina de diferenças dialetais. As diferenças dialetais se caracterizam pelas variações na pronúncia, no sotaque, nas gírias, a diferença de significados de algumas palavras, as outras formas de denominar palavras com um mesmo significado, características que variam de uma região do país a outra. Bortoni-Ricardo (2008) nos mostra também alguns fatores que influenciam as variações linguísticas e o repertório sociolinguístico dos falantes, entre eles os grupos etários; o gênero; a questão socioeconômica; o grau de escolarização; a atividade profissional que o indivíduo desempenha; e o meio social. Para essa autora, “Todos esses fatores representam os atributos de um falante: sua idade, sexo, seu status socioeconômico, nível de escolarização etc.” (BORTONI, 2008, p. 49).

Essas variedades linguísticas são como a identidade cultural de um grupo social e desprezá-las, reproduzindo a ideia de que existe uma única forma de língua “correta”, gera o que Bagno (2009) entende por preconceito linguístico, pois todas essas variedades têm explicações lógicas e científicas, então não podem ser consideradas um “erro”, e sim “toda variedade linguística é também o resultado de um processo histórico próprio, com suas vicissitudes e peripécias particulares” (BAGNO, 2009, p. 64).

O preconceito linguístico consiste no julgamento que leva a uma discriminação de determinada variação linguística que está presente no nosso cotidiano. Supõe-se que a língua é una e quem fala diferente do que é aceito universalmente está falando de maneira errada. Porém, Bagno (2009) esclarece que “A ciência moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja “una”, uniforme e homogênea” (p. 27). O preconceito causado por variações da língua atinge, na grande maioria, as pessoas analfabetas e desfavorecidas economicamente sendo reforçado pelas mídias e pela cultura das classes mais favorecidas economicamente.

Bagno (2009, p.23) entende que o preconceito linguístico é um desafio e impõe muitas barreiras linguísticas e isto “Porque em grande medida é invisível, no sentido de que quase ninguém se apercebe dele”. O autor nos fala que, para superar esses desafios, é necessária a conscientização ou, até mesmo, uma “política linguística oficial, planejada, explícita, teoricamente bem fundamentada, que se ocupe, por exemplo, dos direitos linguísticos dos



falantes de línguas minoritárias, que defenda e valorize a diversidade linguística do português brasileiro” (BAGNO, 2009, p. 24).

Resultados e Discussões

Com as respostas obtidas através da aplicação dos questionários, analisamos que as três professoras (P1, P2,P3) souberam explicitar as concepções básicas de língua materna que elas possuíam: uma delas dizia se tratar da “primeira língua que a criança aprende” (P1), outra disse que acreditava “que seja a língua falada onde nascemos, ou seja, é o idioma com o qual temos contato”(P2), a terceira informou, sucintamente, que seria “ a nossa própria língua portuguesa” (P3). Já sobre o conceito de variação linguística, duas das professoras responderam que entendiam como sendo “as novas adequações das palavras dentro da língua portuguesa” (P3) e “o modo de falar de acordo com a localidade ou grupo social” (P1). A outra docente (P2) não respondeu a essa pergunta mas soube dar exemplos mais abaixo: “Eu fala-se em Goiás e Tu no Tocantins” (P2). Questionadas sobre preconceito linguístico, duas demonstraram compreensões do conceito, entendem que se trata do “preconceito com as pessoas que falam de formas diferentes da nossa” (P2) e “o julgamento contrário a determinadas variações linguísticas” (P1). A outra docente não soube conceituar o preconceito linguístico, apresentou uma resposta confusa que não condizia com o que foi questionado, respondeu que seria “a fala regional de determinado local” (P3), porém, ao serem solicitados exemplos no questionário sobre cada um dos temas, exemplificou bem o conceito de preconceito linguístico como “as críticas no modo de falar. Ex: porta” (P3), entende-se por isso que a docente tinha conhecimento sobre o tema, mas não soube explicitar suas concepções.

Conclusão

A partir da fundamentação teórica e da análise dos dados empíricos, é possível inferirmos que as docentes sujeito da pesquisa parecem ter concepções de língua materna, variação linguística e preconceito linguístico que se apoiam nas teorias dos autores que enfatizam uma visão menos preconceituosa em relação à linguagem. Entre eles, destacam-se Bagno (2009) e Bortoni-Ricardo (2008) que concordam que a língua materna é a que adquirimos socialmente no convívio com os familiares e amigos e que qualquer pessoa que seja nativa de determinada língua é competente nessa língua, sendo que as variações



linguísticas estão presentes em qualquer comunidade linguística, pois ninguém fala igual a ninguém, a sociedade muda e a língua se modifica de acordo com essas mudanças sociais. E os dois autores definem como preconceito linguístico a falta de consideração da língua materna de cada pessoa e das variações linguísticas, ou seja, a particularidade na forma de falar, achar que existe uma única forma “certa” de falar e que as variedades são “erros” é um equívoco e para os autores um preconceito linguístico.

Referências Bibliográficas

BORTONI, Ricardo. Stella M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2008.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2009.